

Cooperativismo: o caso da COOPROAF no Território Médio Rio das Contas – BA

Monira Matos¹

José Raimundo Lima²

Wescley de Oliveira Santos³

Resumo: O cooperativismo é um modelo de organização social que cumpre um papel multidimensional essencial para o desenvolvimento das comunidades uma vez que é amparado nos pilares econômico, político, social e cultural. À vista disso, é que se faz necessária a reflexão que este trabalho se propõe a suscitar, posto que se concentra sobre determinados aspectos teóricos e práticos do cooperativismo e das cooperativas, ponderando as transformações causadas e os impactos gerados na economia e na sociedade, apreciando o movimento cooperativista como um fator determinante do desenvolvimento local nos distintos espaços econômicos e sociais. Essa pesquisa é um estudo de caso da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia cooperativa-COOPROAF. Os resultados e conclusões ainda que limitados às particularidades de apenas uma cooperativa em estudo, poderão gerar respostas e subsídios para reflexão a respeito do cooperativismo como importante estratégia para impulsionar o desenvolvimento local. É perceptível diante da pesquisa que houve melhora na qualidade de vida dos associados gerando também renda além de muitos desafios enfrentados diariamente.

Palavras-chave: cooperativismo, desenvolvimento local, agricultura familiar.

Abstract: Cooperativism is a model of social organization that fulfills an essential multidimensional role for the development of communities since it is supported by economic, political, social and cultural pillars. In view of this, the reflection that this work proposes to raise is necessary, since it focuses on certain theoretical and practical aspects of cooperativism and cooperatives, pondering the transformations caused and the impacts generated in the economy and in society, appreciating the cooperative movement as a determining factor in local development in different economic and social spaces. This research is a case study of the Cooperative for the Production and Marketing of Family Agriculture Products in the Southwest of Bahia cooperative-COOPROAF. The results and conclusions, although limited to the particularities of only one cooperative under study, may generate answers and subsidies for reflection on cooperativism as important strategy to boost local development. It is noticeable in the face of the research that there was an improvement in the quality of life of the members, also generating income in addition to the many challenges faced daily.

Keywords: cooperativism, local development, family farming.

Introdução

O cooperativismo é um modelo de organização social que cumpre um papel multidimensional essencial para o desenvolvimento local, uma vez que é amparado nos pilares econômico, político, social e cultural contribuindo assim, para a geração e distribuição de renda de forma igualitária e justa entre seus cooperados (SILVA, 2017).

¹ Mestranda em Planejamento Territorial (UEFS) moniramatos@hotmail.com

² Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB). zeraimundo@uefs.br

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC-BA). iwescleys@gmail.com

Assim, segundo Bialoskorski Neto (2002), o cooperativismo é um dos principais instrumentos para a promoção de desenvolvimento econômico e social por gerar e distribuir renda, e promover o capital social nas comunidades que o praticam.

O contexto histórico do surgimento do cooperativismo se dá em um momento de grandes transformações em todas as esferas sociais como trabalhadores que lutam por melhores condições sociais e econômicas impostas pela evolução do capitalismo. Assim, impulsionado pela Revolução Industrial, o movimento cooperativista ganhou força e se espalhou por todos os continentes, firmando-se como um movimento internacional que construiu seus próprios alicerces consolidados em características próprias que o distingue de outros movimentos tais como a doutrina, os princípios, os valores e a legislação.

À vista disso, é que se faz necessária a reflexão que este trabalho se propõe a suscitar, posto que se concentra sobre determinados aspectos teóricos e práticos do cooperativismo e das cooperativas, ponderando as transformações causadas e os impactos gerados na economia e na sociedade, apreciando o movimento cooperativista como um fator determinante do desenvolvimento local nos distintos espaços econômicos e sociais.

Assim, uma cooperativa precisa apropriar-se do papel de indutora de desenvolvimento e, por meio de um comportamento ético e transparente, proporcionar a transformação na vida das pessoas que a compõem através do asseguramento de melhores condições para que possam desenvolver suas atividades, e assim, aumentar as oportunidades de alcançarem melhores condições de vida, de trabalho, de renda e bem-estar social. Tal transformação é possível mediante a contraposição que o cooperativismo propõe da valorização do capital econômico, impondo maior valorização do capital humano e social.

A justificativa para esse trabalho fundamenta-se na ideia de que o cooperativismo tem se apresentado como uma importante ferramenta de inclusão social e para o desenvolvimento local.

A atuação das cooperativas tem gerado novas oportunidades aos envolvidos no processo graças ao acolhimento dado aos pequenos agricultores dando-lhes condições de inserção e ascensão em mercados institucionais, num ambiente mais competitivo e que, sabe-se, que de forma individual não haveria êxito.

As cooperativas fazem com que haja promoção de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais na comunidade por ser um modelo que reúne o esforço e o benefício comum sustentados em princípios democráticos mais justos, sustentáveis e humanos.

A escolha do tema se dá pela percepção do cooperativismo como um modelo econômico que congrega em seus fundamentos, condições de sustento e equilíbrio, principalmente entre os âmbitos sociais e econômicos, tornando-se, dessa maneira, relevantes as pesquisas acadêmicas que buscam

vislumbrar os ambientes de atuação dos empreendimentos cooperativos, a fim de gerar uma compreensão de sua importância para o desenvolvimento local.

Através dos dados Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Sete que o cooperativismo, no Estado baiano, tem-se apresentado como uma alternativa eficaz na dinâmica socioeconômica dos municípios, especialmente no meio rural por ser um ambiente marcado pela competitividade e por poucas políticas públicas específicas. Atualmente, os ramos cooperativistas que mais se destacam na Bahia são os relacionados ao trabalho, a agropecuária, ao crédito e ao transporte.

Dessarte, devido a Bahia concentrar um expressivo número de cooperativas, o trabalho será desenvolvido com ênfase no Território Médio Rio das Contas com uma cooperativa de produção de umbu atrelado ao seu histórico de lutas e reconhecimento, a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF), organização atuante em redes solidárias estaduais e nacionais, que comercializa e beneficia frutas nativas do sertão tendo como seu principal fruto o umbu e envolve agricultores e agricultoras locais do município de Manoel Vitorino.

É com o decorrer do tempo que a história da valorização do umbu e das famílias de agricultores da cidade tem obtido o seu reconhecimento. No Brasil, a cooperativa utiliza um modelo de negócio e produção sustentável dentro dos princípios do cooperativismo e do comércio justo. No Nordeste, atualmente, a COOPROAF é referência na gestão cooperativista, no beneficiamento e na comercialização de produtos da agricultura familiar.

No ano de 2013, através do Projeto Centro Público de Economia Solidária da Secretária de Trabalho Renda e Esporte do Estado da Bahia através da Associação Beneficente Josué de Castro pude vivenciar a incubação, cooperação e a evolução do empreendimento principalmente com a vivência constante na Cooproaf.

A escolha da COOPROAF – uma cooperativa da agricultura familiar – para a realização do estudo deu-se pelo prévio relacionamento com a cooperativa e pela importância que possuem as atividades exercidas no campo, frente ao setor como um todo, o que a torna uma das atividades que mais geram impactos e mudanças visíveis, sejam positivas ou negativas para os indivíduos, sendo em suma benéfico no contexto onde tais atividades estão sendo desenvolvidas.

Em continuidade ao supracitado, a escolha também se deu por conhecimento dos excelentes resultados obtidos por meio da execução de políticas públicas. A união, a solidariedade, a participação, o desenvolvimento econômico e financeiro e a equidade com que os cooperados vivem no dia-a-dia, é um diferencial e destaque a muitas instituições existentes no território.

A COOPROAF é um grupo que ao longo dos anos desenvolveu-se de forma endógena, emancipando-se como instituição que empodera seus associados a ponto de externar ao município de

Manoel Vitorino um desenvolvimento local. A COOPROAF é constituída por pequenos produtores rurais que tem como um dos objetivos buscar melhor acesso ao mercado, diversificar a produção e agregar valor aos produtos através de processos na agroindústria e assim, alcançar uma melhor posição competitiva.

Os resultados e conclusões obtidos por meio desta pesquisa ainda que limitados às particularidades de apenas uma cooperativa em estudo, poderão gerar respostas e subsídios para reflexão a respeito do cooperativismo como importante estratégia para impulsionar o desenvolvimento local, e por meio dela, gerar contribuições para se elaborar programas ou políticas públicas que estimulem, melhorem e incentivem de forma tão peculiar às organizações sociais nesse setor que tantos benefícios trazem para a agricultura familiar nos municípios.

Por conseguinte, o objetivo geral deste artigo é compreender o cooperativismo promovido pela COOPROAF por meio da execução de políticas públicas que podem configurá-la como um dos agentes impulsionadores do desenvolvimento local. Para buscar alcançar o supracitado objetivo geral, foi necessário traçar o primeiro objetivo específico que é a caracterização da COOPROAF e a apresentação de sua estrutura física e organizacional além de seu modelo de gestão, com o intuito de conhecer a cooperativa, os seus aspectos constitutivos e a forma geral de funcionamento, em conformidade com a Lei e os princípios que regem o cooperativismo.

Isto posto, traçou-se o segundo objetivo específico que é a descrição e a análise das políticas públicas executadas pela cooperativa. Esse objetivo visa mostrar a atuação da Cooperativa com o gerenciamento dessas políticas aos associados, à comunidade e aos prováveis benefícios gerados por esta.

Por fim, delimitou-se o terceiro objetivo específico que é a demonstração a partir das ações empreendidas pela gestão da COOPROAF, isto é, os elementos que possam configurá-la como um agente impulsionador do desenvolvimento local. Esse objetivo visa identificar e atribuir a cooperativa à possibilidade de ser um agente capaz de gerar o desenvolvimento local.

Como hipótese do trabalho tem-se que a Cooperativa, executando política pública e mantendo uma gestão diferenciada com mais participação, equidade e valorização de seus associados é capaz de promover o desenvolvimento local.

É perceptível que houve melhora na qualidade de vida dos associados gerando também renda os desafios que são enfrentados diariamente têm relação com o relacionamento interpessoal, porém os interesses individuais em muitas situações atrapalham o bom andamento da Cooperativa.

Com relação ao desenvolvimento local, a comercialização dos produtos da Cooperativa é o principal problema enfrentado pelo grupo uma vez que na cidade de Manoel Vitorino e em sua circunvizinhança o escoamento da produção pode-ser classificado como limitado. Mediante ao

elencado, surge o questionamento: a COOPROAF por intermédio da execução de políticas públicas promove desenvolvimento local ao município Manoel Vitorino no estado da Bahia?

O cooperativismo surgiu como contraposto à Revolução Industrial que intensificou os problemas sociais, principalmente no que tange à esfera do trabalho. Criou-se um cenário competitivo com alta do desemprego, concentração de renda, exploração da jornada de trabalho, exclusão social e ao mesmo tempo aumentou as incertezas e os desafios impostos pela globalização da economia já naquele período. Com isso, um grupo de trabalhadores que vivenciavam essas situações resolveu se organizar em cooperativas com o objetivo de conceber mecanismos capazes de atenuar os efeitos de um modelo econômico que marginalizava e afastava parcelas consideráveis da população da economia e em sociedade.

Os princípios de Rochdale surgiram da experiência da cooperativa cujos pioneiros eram mais realistas do que idealistas devido ao próprio momento que estavam vivendo e para isso tinham como objetivo a construção de uma cooperativa que atendesse suas necessidades e sobrevivesse como um negócio. Mendes (2010) esboça que eles elaboraram várias regras de conduta e procedimentos de organização que conduziram os negócios da associação. Portanto, pode-se compreender que os princípios cooperativistas são as principais características das cooperativas e delineiam com mais detalhes como elas devem proceder e operar. Assim, o estudo e a análise destes princípios são fundamentais para a compreensão dos princípios cooperativistas.

Os princípios cooperativistas são a base do cooperativismo. São eles que estabelecem as regras de conduta das cooperativas compreendendo-os e seguindo-os para o fundamental desenvolvimento das cooperativas (MENDES, 2010).

Abrantes (2004) explicita que a história do movimento cooperativista passou por cinco fases no Brasil. A primeira fase, denominada introdutória, segue até 1907 quando surge a primeira lei sobre o cooperativismo. Até essa data, ocorreram várias tentativas isoladas com base em algumas pessoas que traziam experiências de países nos quais o cooperativismo era praticado. Em continuidade, a segunda fase compreende o período entre 1907 e 1926 quando surgem as primeiras portarias, decretos e leis voltados exclusivamente para as cooperativas de crédito padrão Raiffeisen e bancos populares modelo Luzzati. Nesse período, o que existia, em verdade, era o sindicalismo-cooperativismo, tanto que algumas cooperativas surgiram como seções de sindicatos.

Ademais, a terceira fase abrange o período entre 1926 e 1964, quando foram elaboradas leis específicas sobre cooperativas desvinculando-as do sindicato. Nesse período, deve-se destaque ao ano de 1932 quando foi publicada uma lei que adotava os princípios da Aliança Cooperativa Internacional. Em relação aos anos anteriores, nesse período surgiram muitas cooperativas por todo o Brasil. Já a quarta fase compreendeu o período entre 1964 e 1988 quando, sob a influência da ditadura militar, o cooperativismo foi controlado pelo governo, sofrendo sérias restrições. No ano de

1971, foi promulgada a lei que rege as cooperativas brasileiras, a qual se encontra em vigor até os dias atuais. Na prática, essa lei inibe a organização e funcionamento das cooperativas, principalmente por criar tributos e exigências que ainda não existiam. .

É notável que todo avanço do cooperativismo no Brasil ocorreu de modo diferente nas macro regiões, variando segundo o tipo e a quantidade de cooperativa, conforme reitera Schneider (1981), em razão do acesso aos recursos, acesso ao crédito, à assistência técnica, à comercialização e ao serviço de consumo. Já para Silva *et al* (2003) as diferenças regionais do cooperativismo brasileiro foram causadas, entre outros fatores, pela intensa influência de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – que se instalaram nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já tinham umas certas experiências no campo do associativismo o que serviu de base para a estruturação do cooperativismo em alicerces competitivos.

O atual cenário do cooperativismo brasileiro depara-se com o desafio de tornar as cooperativas organizadas e preparadas para responderem às demandas sociais em sua área de atuação e, simultaneamente, desenvolverem-se em consonância com o cenário de um mercado altamente competitivo de acordo com Simioni *et al* (2009).

Metodologicamente a fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo. Para Gonsalves (2007), a pesquisa exploratória é caracterizada pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias com o objetivo de proporcionar uma visão geral. Já a característica da pesquisa descritiva tem por finalidade registrar um objeto de estudo e o que será feito. Boaventura (2009) afirma que esse tipo de pesquisa busca identificar as particularidades de determinada população. A pesquisa investigativa também foi usada, as várias situações e semelhanças que ocorrem na vida social, política, econômica e diversos aspectos do comportamento humano individualmente ou em comunidades e grupos.

Quanto aos procedimentos para a elaboração deste trabalho, foi adotada a pesquisa bibliográfica. Adotou-se também a pesquisa documental que se mostrou como ferramenta adequada para o presente trabalho. Ademais, foi realizado um trabalho de campo, com a finalidade de se obter as informações através de visitas constantes, participações de feiras da agricultura familiar, eventos do dia D do cooperativismo, multirões, reuniões de territórios. Ainda, é importante frisar que as visitas à cooperativa ocorreram desde 2013 quando era técnica do Centro Público de Economia Solidária.

A fim de atingir o objetivo de estudo proposto foi adotada uma abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995) não busca medir os fatos estudados, nem utiliza instrumental estatístico na análise dos dados, parte de questões ou focos de interesses amplos que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve.

Os dados para a realização desta pesquisa foram colhidos também por meio da utilização de pesquisa documental. Nessa etapa da pesquisa, foi permitido o acesso ao estatuto, projetos em

andamento e atas de assembleias da COOPROAF, porém, não tivemos permissão para acessar documentos do setor financeiro e nem contábil. Tal fato foi motivado, principalmente, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada em um momento de troca na gestão da cooperativa, com isso, muitas informações foram perdidas ou não havia registros, o que inviabilizou o acesso, limitando a análise proposta. Foram colhidos dados sobre: história de constituição; estatuto; estrutura organizacional e administrativa; modelo de gestão, processo produtivo, entre outras informações e atividades desenvolvidas pela cooperativa. Os dados coletados nas rodas de conversas, documentos e observações foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo.

Nesta etapa, foi feita a exploração das observações e dos documentos fornecidos pela cooperativa, a análise das informações coletadas no trabalho de campo, além de pesquisa junto a sites e a artigos técnicos sobre o assunto que segundo Yin (2005) ajuda a evidenciar informações que foram obtidas por intermédio de outras fontes. A Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF) foi fundada em 2010 por um grupo formado basicamente por mulheres. Porém, sua história de organização vem períodos anteriores. Os primeiros passos foram dados em 2005, com a realização de uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Agricultura do município de Manoel Vitorino na Bahia. Na ocasião, a pesquisa revelou que a região do Sudoeste da Bahia concentrava a maior produção de umbu, mas também revelou os baixos preços por esse produto.

A COOPROAF surgiu depois de um curso ministrado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - (IRPA) trazido pela prefeitura de Manoel Vitorino, onde algumas pessoas do município participaram e viram o potencial do umbu e a possibilidade de agregar valor a esse fruto nativo. Ao término do curso, algumas pessoas se juntaram em dois grupos e passaram a armazenar o umbu e fazer seus derivados.

Era basicamente um grupo composto por doze mulheres que continuaram a fazer o beneficiamento de forma artesanal e saíam nas ruas para expor seus produtos em 2009, época em que, inclusive, os membros contam que ficavam em baixo de uma árvore fazendo os doces e vendendo-os. Assim, no ano de 2009, foi fundada a COOPROAF com vinte e três mulheres e um homem e a proporção que essa cooperativa tomou foi tão forte que atualmente tem um quadro social de setenta e seis sócios de dois municípios em Manoel Vitorino.

A necessidade de se unirem para fundar uma cooperativa surgiu primeiramente devido às grandes dificuldades que encontravam para a comercialização da produção diretamente com os supermercados e comerciantes locais, tendo em vista que dependiam dos chamados “atravessadores”, para comprarem seus produtos, fato este que prejudicava a obtenção de melhores preços, visto que estes “atravessadores” consumiam o lucro pretendido.

A cooperativa tem como seu principal produto o umbu, quando comercializado se constitui em uma importante fonte de renda para o sustento das famílias do semiárido, principalmente nos longos períodos de estiagem, mantendo uma estreita relação sócio-econômica e local com a população, envolvendo a alimentação humana e animal.

O Governo do Estado da Bahia através da CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, passou a desenvolver um plano de ações integradas voltadas para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do umbu contemplando todas as dimensões metodológicas do Projeto. Um destaque especial foi dado ao estímulo à organização e formação de grupos de interesse como estratégia fundamental para efetivar o processo de ação grupal e colaborativa, promovendo as seguintes ações: estudo de viabilidade da cadeia produtiva do umbu (parceria com o IRPAA); Capacitação sobre o manejo e enxertia do umbuzeiro com enfoque produtivo e agroecológico (parceria com o técnico especialista Dilermando); implantação de viveiro de mudas; aquisição do kit para processamento de frutas; capacitação sobre processamento do umbu capacitação sobre o enfoque de gênero e geração; intercâmbio envolvendo integrantes do G.I. e as indústrias de polpas Eva e Doce Mel; contratação do técnico especialista junto a COOPERCUC, que é uma cooperativa de umbu referência no Território Sertão do São Francisco; elaboração de projetos executivos para a implantação das três unidades de beneficiamento do umbu e outras frutas nos subterritórios de Nova Esperança e Quatro Forças Unidas, além da COOPROAF; celebração de Convênios entre a CAR, as Associações representativas dos subterritórios e a COOPROAF, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva do umbu, envolvendo recursos; participação de integrantes do G.I. na IX Festa do Umbu de Manoel Vitorino; intercâmbio envolvendo integrantes do G.I. em visita ao IRPAA, EMBRAPA, COOPERCUC e participação no Festival do Umbu em Uauá; efetivação do plano de trabalho do técnico Egnaldo, contemplando diversas ações de formação de capital humano e social, além de atividades técnicas voltadas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do umbu; filiação de integrantes do grupo de interesse a COOPROAF; sistematização da cadeia produtiva do umbu, dentre outras ações.

Durante o período das visitas à COOPROAF, observou-se que os cooperados tem acesso irrestrito a todos os espaços físicos da cooperativa exceto a parte de produção que tem que ser usado com Equipamento de Proteção Individual - EPI, sendo possível conversar livremente com os sócios, o presidente e os demais diretores quando presentes no local. Os diretores da COOPROAF estão autorizados pela gestão a fornecer qualquer informação que o associado necessitar. Ressalta-se que os terrenos para a produção foi uma doação da Prefeitura Municipal de Manoel Vitorino com a construção do Governo do Estado da Bahia. A ação coletiva acontece no momento da comercialização dos produtos, sendo que a cooperativa serve de intermediária entre o produtor e o mercado. Para fazer

o escoamento da produção dos seus produtos, a COOPROAF dispõe de transporte, sendo de responsabilidade do gestor administrativo e financeiro a prestação de contas.

A estrutura organizacional de uma cooperativa é previamente definida pela legislação cooperativista constituída por órgãos sociais previstos na Lei nº 5.764/71, no Código Civil e no seu Estatuto Social, anexado ao final do trabalho, no intuito de que haja um bom funcionamento. A análise da estrutura organizacional da COOPROAF foi realizada tendo como referência o Estatuto Social da cooperativa. Verificou-se que sua estrutura é do tipo funcional, conforme prevê o Estatuto da COOPROAF.

Embora não se tenha identificado *in loco* a existência de um organograma organizacional efetivamente desenhado, pelo estudo do estatuto social e pelo observado na prática da Cooperativa. Tal estruturação é bastante comum em pequenas cooperativas, como é o caso da COOPROAF. De acordo com a análise do estatuto social, análise documental de atas das reuniões e observações *in loco*, ficou constatado que a Assembleia Geral é o órgão máximo de gestão da COOPROAF imbuída de poderes para tomar as resoluções que julgar convenientes ao seu desenvolvimento e a defesa de seus interesses. As determinações acertadas por ela vinculam-se a todos os associados mesmo que ausentes ou discordantes.

Embora conste no Estatuto da COOPROAF, apurou-se na pesquisa que desde a fundação até a atualidade, a supracitada cooperativa teve apenas cinco presidentes, sendo que a diretoria anterior a atual teve cinco mandatos consecutivos. Na prática, essa situação traz benefícios aos interesses da Cooperativa porque é composta por pessoas que estão desde o começo da empreitada, quando ainda comercializavam e fabricavam debaixo de uma árvore, dessa forma, torna-as mais conhecedoras da realidade e dos sonhos que possuem juntas, sempre em detrimento do coletivo ao individual.

Existe no Estatuto e na prática da COOPROAF a atuação do Conselho Fiscal que é formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de um ano. Esses têm por obrigação fiscalizar as atividades e serviços da COOPROAF e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral. É importante dizer que em 2020 houve eleição para presidente, um ano atípico, diferente por conta da pandemia e que resultou em menos de 50% dos sócios na assembléia.

A administração efetiva da COOPROAF é realizada pelo diretor presidente, pelo diretor vice-presidente e pelo diretor financeiro. Obrigatoriamente, pelo Estatuto, todos devem ser sócios cooperados. O atual presidente e diretoria tem a incumbência de administrar as discussões de forma que sejam atendidas as solicitações do coletivo e dar credibilidade e maior visibilidade às atividades da cooperativa diante do seu cliente interno e externo. Para compor o quadro de funcionários da COOPROAF têm-se seis funcionários-sócios que são remunerados como previsto em estatuto e que exercem atividades administrativas, com experiência e capacidade técnica na área em que atuam.

Além disso, ficou evidenciado que a atual diretoria da COOPROAF, representada pelo presidente, busca desenvolver um modelo de gestão democrático e participativo em que todos os cooperados são envolvidos e inseridos para participar do processo decisório. Para que a cooperativa funcione de fato, demanda comprometimento e participação de seus associados. Assim, a pesquisa mostrou que a COOPROAF procura atuar em conformidade com a Lei 5.764/71 e itens obrigatórios no estatuto social ao cumprir as exigências para edital de convocação para a reunião da Assembleia Geral e Ordinária, respeitando os quóruns legais exigidos e necessários para que as Assembleias Gerais sejam realizadas.

Contudo, ainda existem cooperados que não se interessam pelos negócios da cooperativa, mantendo-se afastados do processo decisório e das atividades da cooperativa o que preocupa a gestão. Diante do fato, a gestão da cooperativa tem se esforçado para que haja a maior participação dos associados, não só na tomada de decisão, mas, também, para a participação na comercialização dos produtos.

Questionados, o ex-presidente, presidente e gerente administrativo-financeiro sobre quais as providências tomadas pela cooperativa para sanar tal situação, a gestão da COOPROAF informou que tem trabalhado para facilitar a comunicação com o cooperado para que a participação dele seja mais efetiva e que o cooperado volte a acreditar na cooperativa. Assim, o presidente e diretores da COOPROAF entendem que existe a iminente necessidade de se realizar um trabalho de educação cooperativa no intuito de inculcar nos associados às responsabilidades de cada um com a sua cooperativa e, assim, se alcançar resultados satisfatórios para a ampliação da participação ativa dos associados dentro da cooperativa.

Um ponto a ser discutido, trata-se a respeito do crescimento que a experiência da COOPROAF tem proporcionado para os integrantes da cooperativa e os habitantes da região de Manoel Vitorino e as cidades circunvizinhas. Com o trabalho e o sucesso da Cooperativa na cidade, a zona rural deixou de ser conhecida apenas pelas secas e a pobreza, ao trabalhar com o umbu e com as maracujás do mato e a goiaba, a população local logrou valorizar e patrimonializar, de forma ambientalmente atenta e regrada, os recursos oferecidos pela natureza local, isto é, reconheceu sua disponibilidade, aprendeu a transformá-los em fontes de benefícios materiais e imateriais, compartilhados e reprodutíveis para a comunidade e em prol das gerações sucessivas (BRUNORI et al., 2006a, 2006b e 2006c; BELLETTI et al., 2006), aprendendo, a gerir os limites objetivos e as características do clima da região.

A implantação de um arranjo produtivo autônomo, autogerido e participativo ao longo dos anos mostram ter reforçado a confiança e o empoderamento dos atores sociais que passaram a se perceber como capazes de assumir a gestão do seu próprio destino, individual e coletivo, do ponto de vista econômico, político e social. Os cooperados entenderam que são autores responsáveis, cientes

da própria origem, do acompanhamento e das ferramentas que foi necessário adquirir durante todo o processo de formação e consolidação da cooperativa.

No que diz respeito aos ganhos econômicos vindos do trabalho com as frutas nativas, estes têm sido traduzidos em melhorias significativas, tanto materiais como “imateriais” (não monetários) das condições de vida. Durante poucos meses no ano, mais precisamente em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro essa atividade extrativista é responsável por uma parte importante da renda de muitas famílias. Realizada da forma comum, a exploração do recurso natural agrega o mínimo de valor, o qual fica integralmente nas mãos dos intermediários comerciais.

A cota de lucros que a cooperativa repassa a seus membros, em particular às mulheres que trabalham nas unidades de beneficiamento, representa um complemento de renda significativo (um acréscimo de 30%, segundo dados da cooperativa), que se traduz tanto em termos monetários, como de crescimento social coletivo. Os atores locais falam de uma “mudança real” na qualidade e na vida das pessoas. A agroindústria foi um investimento do Governo do Estado da Bahia, contudo com o passar dos anos todas as manutenções e depreciações dos maquinários foi po com o dinheiro da cooperativa.

Atualmente, graças ao nível de estruturação e aos números da produção alcançados pela cooperativa, existe uma fonte de emprego local viável e atrativa. Em relação à participação no processo produtivo e à distribuição de funções, desde o começo do processo, os homens aprenderam e incorporaram uma visão nova do valor do papel da mulher na comunidade e do trabalho feminino. Desde sempre, o trabalho de valorização das frutas nativas e, mais tarde, a organização interna da cooperativa, propiciaram uma mudança cultural profunda a tal respeito. Do umbu, surgiu uma experiência de grande força pedagógica, fundada sobre a aprendizagem do valor da oportunidade e da responsabilidade.

A experiência da COOPROAF e a análise da sua história apontam para resultados que se traduzem em uma série de benefícios em diversos âmbitos e que vão de encontro aos fatores desagregadores do semiárido e na definição de suas problemáticas socioeconômicas: a) a valorização ambientalmente atenta e regrada dos recursos oferecidos pela natureza local feita por meio da gestão consciente dos limites objetivos e características do meio local e proporcionada por formas de educação contextualizada, permite “redimir” a ideia negativa da natureza hostil e hostilizada; b) o empoderamento para a gestão autônoma do projeto coletivo consolida a atitude proativa em lugar da postura passiva de espera e do assistencialismo; c) as comunidades alcançam organização e mobilização em volta de um projeto coletivo, fonte de renda e de empregos; COOPROAF percursos de valorização dos recursos locais e de convivência com o semiárido; d) a disponibilidade de uma fonte de renda e emprego *in loco* ajuda a conter o êxodo rural e a orientar os percursos formativo das novas gerações educação cooperativista, gestão financeira, capacitação e manuseio de maquinário; e)

foi indicada e encontrada uma solução concreta para as questões de desnutrição e segurança alimentar da população com participações em PAA e PNAI; f) a experiência tem oferecido um canal eficaz para a mudança cultural, efetiva e concreta, em prol da integração virtuosa das mulheres na economia local, como mão de obra qualificada e reconhecida, regularmente empregada e remunerada de forma justa.

A crítica ao modelo de desenvolvimento pensado para o semiárido, baseada na visão de “combate a seca”, fundamentada na compreensão de que a seca é uma questão natural e que é possível aprender a conviver como o semiárido, coloca o desafio de se pensar novas estratégias de enfrentamento da problemática do semiárido brasileiro. No debate acerca da noção de “convivência” um dos desafios está relacionado à perspectiva de transformações produtivas, que respeitem a complexidade sociocultural e ambiental do semiárido.

Entretanto, a questão da “convivência” não se reduz aos elementos socioeconômicos, ela se constitui em formas de articular, experimentar, vivenciar e fortalecer processos e dinâmicas territoriais nas diversas dimensões da sustentabilidade (SILVA, 2008). Para Silva (2008), “[...] *a convivência expressa uma percepção na complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza [...]*”

O autor afirma, ainda, que o grande desafio para a construção do desenvolvimento no semiárido é “construir o sentido da convivência” indo muito além da experimentação de “novas técnicas”, novas “práticas produtivas e ações socioculturais”. É pensar a experimentação de saberes e práticas contextualizadas na realidade do semiárido.

Num processo permanente de aprendizado da convivência, uma multiplicidade de práticas e saberes foi experimentada, vivenciada e implantada na região nas últimas décadas resultando em aumento da qualidade de vida da população do semiárido, a exemplo: a) tecnologias hídras alternativas de captação e armazenamento da água da chuva. Alguns tipos são para uso familiar (cisternas familiares) e outros são utilizados para o desenvolvimento de atividades produtivas; b) manejo sustentável da caatinga – os chamados fundos de pastos ou facho são as experiências mais concretas do uso ecológico e sustentável da caatinga, por possibilitar que as comunidades, através da gestão coletiva da terra e do manejo racional da caatinga, realizem o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável; c) criação de pequenos animais adaptados às condições socioculturais e ambientais da região, a exemplo da criação de caprinos e ovinos; d) educação contextualizada – A pedagogia da alternância; e) agricultura familiar – uso de tecnologias apropriadas voltadas para a produção orgânica e ecológica, principalmente nas áreas que permite a irrigação, o cultivo de plantas adaptadas ao clima da região, as lavouras secas, exploração do potencial das plantas nativas, f) técnicas de beneficiamento de produtos vegetais e animais, a exemplo do beneficiamento do umbu, processamento de leite.

As práticas de aproveitamento das frutas nativas do sertão, principalmente o beneficiamento do umbu representam alternativas econômicas para as famílias. A comercialização das frutas sempre apresentou preços baixos por serem comercializadas “in natura” apenas no período da safra. O beneficiamento, além de possibilitar o consumo durante todo o ano, também agrega valor ao produto e amplia o mercado consumidor.

O processo de beneficiamento do umbu potencializa o processo de comercialização, agregando valor ao produto, possibilitando o aumento da renda das famílias produtoras. Assim, com o fortalecimento do processo de comercialização a COOPROAF, com sua formalização, passou a comercializar a sua produção para o PAA, em 2011 através de um projeto assinado entre a CONAB e três associações locais. Dentro da cooperativa a coordenação, eleita por seus membros, é responsável por acompanhar as atividades produtivas, realizar os registros da produção do grupo, monitorar o controle de qualidade do produto e das condições de higiene do processo da produção, controlar o estoque de produtos, acompanhar o cumprimento das metas do grupo e fazer a representação junto à direção da cooperativa.

A agricultura familiar tem se destacado cada vez mais no desenvolvimento de uma região, pois de acordo com Sensolo (2016) assume a importância de ser atividade social de desenvolvimento socioeconômico, da qual dependem as pessoas envolvidas nela. Assim, tem se sobressaído como segmento estratégico para toda sociedade, pois além de ser responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários utilizados no país é também fornecedor de matérias primas. No Brasil, a agricultura familiar encontra-se, concomitantemente, envolvida em processo de ajustamento aos padrões dominantes e mobilizada para estabelecer um novo conjunto de padrões.

No desafio de produzir e comercializar, o agricultor familiar se descobre em grandes dificuldades para dinamizar a produção, fazer o beneficiamento dos produtos, no cenário extremamente competitivo no qual a qualidade e a disponibilidade dos produtos são imprescindíveis para uma efetiva inserção no mercado, sendo então, constrangidos a oferecer a sua produção a preços que, na maior parte das vezes, sequer garantem os custos de produção.

Ao exercerem suas atividades rurais de maneira individual, os pequenos produtores familiares podem ter dificuldades não só de inserir-se no mercado, mas também problemas para acessar serviços de assistência técnica e de crédito, assim como o pagamento de auditorias para acompanhar os procedimentos de certificação e rastreabilidade dos produtos.

É nesse contexto que o cooperativismo, por meio das cooperativas da agricultura familiar, é facilitador para a inserção ao mercado de forma direta, por meio de vendas coletivas dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, levando-os a alcançar preços mais justos, proporcionando, segundo Batalha (2009) uma grande vantagem, já que por meio da organização em cooperativas,

comprovadamente alargam o seu nível de renda e alcançam melhores resultados do que, comumente, conseguiriam se permanecessem trabalhando de modo individual.

Constata-se que mesmo aportando quantidade reduzida de serviços na agroindústria para os cooperados, a cooperativa por meio da comercialização de seus produtos promove incremento e geração de renda aos cooperados e a comunidade local uma vez que, a renda é empregada e/ou investida no próprio município de Manoel Vitorino aumentando o fluxo de recursos financeiros e aquecendo a economia local.

A agregação de renda aos cooperados como também a retenção deste capital financeiro em Manoel Vitorino proporcionado pela COOPROAF é resultado de anos de trabalho na eliminação do “atravessador” na cadeia produtiva do umbú, caso contrário, essa produção seria apropriada pelo capital centralizador e expropriador e estaria fora do município da cooperativa, enfraquecendo todo o local.

Relatos colhidos em visita técnica, segundo a diretora presidente da COOPROAF, após os agricultores e agricultoras se associarem a cooperativa, a renda dos associados melhoraram a ponto de os mesmos fazerem investimentos em bens e equipamentos tanto para melhoria da produção como também para o bem estar próprio, o que denota a melhoria da qualidade de vida de todos que compõem a cadeia produtiva dessa Cooperativa.

Outro indicativo importante de desenvolvimento é a contratação de mão-de-obra extra para aumento de produção e cumprimento de contratos governamentais e locais. Neste sentido, a comunidade local e vizinha é alcançada pelos benefícios proporcionados pelas atividades desenvolvidas pelos associados da cooperativa. Nesta lógica, a COOPROAF gera trabalho e renda para os não associados, ampliando a produção dos cooperados e conseqüentemente, considerando-se uma atividade propulsora de desenvolvimento local.

Um dos entraves à comercialização da cooperativa é a dificuldade de uma equipe de divulgação, um gerente comercial com experiência nesses tipos de produtos e acesso dos produtos ao mercado consumidor. Mesmo com garantia de comercialização, a cooperativa não dispõe de infraestrutura para fazer logística, destinando grande parte dos custos à conta dos associados. No entanto, esse entrave é vencido pelos cooperados posto que valorizam a garantia de comercialização dos produtos e o incremento de renda realizado por toda operação. É de fato um grande inibidor de desenvolvimento local às dificuldades logísticas e de infraestrutura de estradas que atrapalham a cooptação de matéria prima e escoamento de produção por meio da COOPROAF.

Diante do exposto na presente pesquisa, fica entendido que o desenvolvimento local vai para além do aumento de renda das pessoas, pois está ligada também a melhoria na qualidade de vida com inclusão social e econômica, geração de empregos, equidade, transversalidade e benefícios políticos-culturais de modo à comunidade local tornar-se parte efetiva no processo de desenvolvimento.

Assim, evidencia-se que a formalidade gerada aos atores locais pela COOPROAF, ampliou as atividades que eram feitas em seu cotidiano explorando de forma sistemática, ampliando suas capacidades produtivas e alcançando melhores condições de vida.

A COOPROAF, enquanto organização formada por atores locais considera-se como uma entidade que impulsiona o desenvolvimento local, pois na dimensão econômica gera emprego e renda, na dimensão social, gera inclusão social e resgata a dignidade humana.

Evidencia-se, portanto, que é por meio da atuação da COOPROAF, que os produtores associados têm a oportunidade de acessar e participar das vendas aos mercados institucionais, especificamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e tal fato deu-lhes autonomia, já que não são mais obrigados a vender seus produtos aos atravessadores.

Outra realidade promovida aos cooperados e agricultores locais foi a segurança financeira. Uma vez entregue a produção à cooperativa, tem-se a garantia de recebimento do valor correspondente. Essa segurança faz com que os colaboradores e associados ampliem suas atividades produtivas e passem a ter a possibilidade de agroindustrialização de seus produtos, mesmo que ainda em pequena escala, aumentando o seu valor agregado ocasionando um significativo incremento aos ganhos financeiros da família e ampliação das oportunidades de negócios. Estabelece-se valor para a cooperativa e para o cooperado.

Ainda, as atividades agroindustriais da COOPROAF apoiam e ampliam o emprego e a difusão de novas tecnologias, proporcionando aprendizado coletivo e dinamização da economia local.

Outro aspecto proporcionado pela agroindustrialização do umbu realizado pela COOPROAF é a permanência dos agricultores familiares e suas respectivas famílias no campo, diminuindo drasticamente o êxodo rural em Manoel Vitorino, segundo a Secretaria de Agricultura do município.

Destaca-se que a COOPROAF foi criada e é gerenciada por agricultoras e grupos de mulheres da própria localidade. A aptidão da COOPROAF é a organização econômica dos associados e por meio dessa relação, a cooperativa passa a conhecer o produtor e o que ele produz, realçando-se a necessidade de manter o foco nas pessoas, na valorização da identidade e nas práticas locais.

Os resultados obtidos por essa relação podem ser concebidos não só em rendas adicionais e melhor qualidade de vida e bem-estar social do cooperado e de sua família, mas também no que diz respeito à participação do cooperado para o bom funcionamento da cooperativa, ou seja, a prática da autogestão.

Os associados da COOPROAF são responsáveis pela gestão e fiscalização da cooperativa. Essa condição exige dos associados uma consciência da complexidade das interações da cooperativa ao nível de organização associativa (coletiva), assim como ao nível de organização empresarial.

Assim, a relação entre o desenvolvimento local e o cooperativismo advém pelo resgate das potencialidades locais mediante um enfoque endógeno, de “dentro para fora”, que se contrapõe ao padrão desenvolvimentista fundamentado em grandes empreendimentos, concentrador de renda e excludente, executado de “cima para baixo”.

A COOPROAF expõe-se como agente de desenvolvimento local mediante a relação forte entre cooperados e as redes de cooperação que estão inseridas. Nesse contexto, ficaram evidenciado que os atores locais são os protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento, e mesmo enfrentado dificuldades no aspecto da gestão e atuação no mercado, a COOPROAF procura atender às necessidades de seus associados quanto à representatividade de seus interesses. Portanto, a lógica do cooperativismo pode ser considerada como estratégia competitiva viável e impulsionadora do desenvolvimento local.

Mesmo com limitações para a realização do estudo, esse trabalho buscou por meio de um arcabouço teórico e prático verificar as relações existentes entre o cooperativismo e o desenvolvimento local e, com base na experiência da COOPROAF, verificou-se que existem ligações teóricas e práticas entre esses conceitos.

Referências

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- BATALHA; OTÁVIO, M. **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte, Editora: Mandamentos, 2006.
- BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. 1 ed., 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- SENSOLO, A. **O cooperativismo e a agricultura familiar no território da cidadania Meio Oeste Contestado**. 2016. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas, 2016.
- SCHNEIDER, S. **Território e Abordagem Territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Raízes, Campina Grande, v. 23, n. 01/02, p. 99 –116, jan./dez. 2005.
- SILVA, E. S. et al. **Panorama do cooperativismo brasileiro**: história, cenários e tendências. uniRcoop, Vol. 1, 2, 2003.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.